



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

**ANEXO XVI – CADERNO DE FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES**



## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

### SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO .....	3
2.	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	3
	PENALIDADES EM ESPÉCIE .....	3
3.	ADVERTÊNCIA .....	3
4.	MULTA .....	4
5.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ....	7
6.	TABELA DE INFRAÇÕES .....	9

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

### 1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. O presente ANEXO objetiva regular as penalidades contratuais, definir as condutas infratoras e os valores de multas a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanção pelo descumprimento de outras obrigações previstas no CONTRATO ou no EDITAL, conforme autoriza a Cláusula Quadragésima Quarta do CONTRATO, bem como na legislação e na regulação pertinente, às quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.
- 1.2. Este ANEXO não afasta nem altera a fiscalização ambiental, com base nas normas legais e administrativas aplicáveis.

### 2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, o presente ANEXO, o CONTRATO, com destaque para a Cláusula Quadragésima Quarta, o EDITAL e os demais ANEXOS, além da legislação aplicável.
- 2.2. Será considerado “mês”, para os fins deste ANEXO, o período de tempo contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte, na forma prevista na Lei Federal nº 810/1949, em vigor.
- 2.3. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste ANEXO, será aplicada a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.
- 2.4. Nas infrações que comprovadamente decorram de força maior e/ou caso fortuito e/ou configurem inexigibilidade de conduta diversa, não será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.
  - 2.4.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.
  - 2.4.2. Para os fins de aplicação das penalidades, considera-se:
    - I. força maior e caso fortuito: o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;
    - II. inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

### PENALIDADES EM ESPÉCIE

### 3. ADVERTÊNCIA

- 3.1. A penalidade de advertência poderá ser aplicada, em substituição à penalidade de multa, em razão do cometimento de infração contratual cujo valor mínimo na Tabela de Infrações seja de 0,001% (um milésimo por cento), desde que cumpridos os seguintes requisitos:
  - I. a CONCESSIONÁRIA solicite formalmente a aplicação da advertência, mediante reconhecimento do cometimento da infração objeto da apuração, no prazo definido para apresentação da defesa no processo administrativo;

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- II. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas necessárias à efetiva correção da falta, resultando em comprovada cessação da infração até a data da solicitação;
- III. a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado as medidas cabíveis para evitar a ocorrência de falta semelhante;
- IV. não tenham sido causados danos significativos pela infração ao CONCEDENTE, ao bem público concedido, aos USUÁRIOS e/ou ao serviço prestado; e
- V. não tenha sido verificada reincidência, conforme definição da Cláusula 44.3 e seguintes do CONTRATO.

### 4. MULTA

- 4.1. Serão aplicadas multas em virtude de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto na Cláusula Quadragésima Quarta do Contrato.
- 4.2. Os valores das multas serão calculados com base em percentuais incidentes sobre o maior dos seguintes valores:
  - I. a RECEITA da CONCESSIONÁRIA e de suas eventuais subsidiárias integrais no ano calendário anterior à prática da infração que ensejou a aplicação da penalidade; ou
  - II. a RECEITA da CONCESSIONÁRIA estimada no EVTE para o ano contratual anterior ao da prática da infração que ensejou a aplicação da penalidade, considerado o prazo já transcorrido de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, ou, para os primeiros quatro anos de vigência do CONTRATO, a RECEITA estimada no EVTE para o 4º (quarto) ano de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 4.3. As infrações contratuais estão tipificadas na Tabela de Infrações do Item 6 deste ANEXO.
  - 4.3.1. A partir das faixas de valores constantes da Tabela de Infrações, será possível determinar, mediante aplicação dos critérios de dosimetria estabelecidos no item 4.5, o valor da infração.
  - 4.3.2. Após determinação do valor da infração com base nos critérios de dosimetria do item 4.5, será possível determinar, com base nas regras da categoria da infração definidas no item 4.6, o valor da multa efetivamente devida e sua periodicidade de incidência, quando aplicável.
- 4.4. Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação prevista no EDITAL, no CONTRATO ou nos ANEXOS, bem como na legislação ou regulamentação aplicáveis, que não esteja tipificada na Tabela de Infrações, a multa será calculada de acordo com o procedimento de dosimetria descrito no item 4.5 e conforme a classificação estabelecida no item 4.6, buscando-se como referência, quando possível, o intervalo de valores e a categoria estabelecidos para a infração tipificada na Tabela de Infrações que guarde maior semelhança com a infração praticada e não tipificada.
- 4.5. O valor da infração será determinado, mediante aplicação das seguintes etapas de dosimetria, a partir dos intervalos de valores fixados na Tabela de Infrações.
  - 4.5.1. Para as infrações que tiverem gradação dos intervalos de valores com base na duração do atraso, os critérios das duas etapas de dosimetria deverão ser aferidos uma única vez, e aplicados a cada período de atraso indicado na Tabela de Infrações com base na respectiva faixa de valores, de forma proporcionalmente idêntica, de modo a assegurar que o valor da infração se situe, em cada período de atraso, na mesma distância proporcional em relação aos patamares mínimos e máximos da respectiva faixa de valores.

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- 4.5.2. Primeira fase da dosimetria: para determinar o valor base dentro do intervalo de valores fixado para a infração na Tabela de Infrações, serão considerados os danos causados pela infração – ao CONCEDENTE, ao bem público concedido, aos USUÁRIOS e/ou ao serviço prestado – bem como os proveitos obtidos, direta ou indiretamente, pela CONCESSIONÁRIA.
- 4.5.2.1. Para as infrações descritas na seção “REQUALIFICAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA” da Tabela de Infrações, na primeira fase de dosimetria do valor da multa poderão ser consideradas entregas parciais, hipótese em que o valor base será reduzido proporcionalmente à parcela da infraestrutura entregue que se encontre efetivamente disponibilizada e apta à operação, tanto funcionalmente quanto tecnicamente.
- 4.5.3. Segunda fase da dosimetria: uma vez definido o valor base, serão consideradas as situações agravantes e atenuantes, quando presentes, com aplicação do respectivo percentual de acréscimo ou redução sobre o valor base, resultando no valor da infração.
- 4.5.3.1. O percentual de acréscimo ou redução que deve ser aplicado no valor base será o resultado da soma dos percentuais agravantes menos a soma dos percentuais atenuantes.
- 4.5.3.2. São consideradas circunstâncias atenuantes:
- I. o comparecimento espontâneo da CONCESSIONÁRIA, perante o CONCEDENTE, para informar a ocorrência de infração ainda não identificada pela fiscalização, reconhecendo sua responsabilidade: redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa;
  - II. o reconhecimento, no prazo para apresentação da defesa, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA, após o devido processo administrativo, pague espontaneamente a multa;
  - III. o concurso de agentes externos para o descumprimento, que tenha influência no resultado produzido: redução de 15% (quinze por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e
  - IV. quando compatível com a natureza da infração, a execução de medidas espontâneas pela CONCESSIONÁRIA, resultando na cessação da infração e recomposição das condições dos ofendidos, no prazo para apresentação da defesa: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.
- 4.5.3.3. São consideradas circunstâncias agravantes:
- I. ter a infração sido cometida mediante fraude ou má-fé: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
  - II. não adoção de medidas alternativas e/ou mitigadoras, no prazo e nos termos recomendados pelo CONCEDENTE: acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
  - III. praticar infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa; e

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- IV. resultarem da infração danos irreversíveis aos bens concedidos e/ou aos USUÁRIOS: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa.
- 4.5.3.4. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:
- I. a atenuante prevista no subitem 4.5.3.2, inciso I, cumulativamente com a atenuante prevista no subitem 4.5.2.2, inciso II, prevalecendo a primeira;
  - II. a atenuante prevista no subitem 4.5.3.3, inciso IV, cumulativamente com a agravante prevista no subitem 4.5.3.3, inciso II, prevalecendo a agravante;
  - III. qualquer das atenuantes previstas no subitem 4.5.3.2, incisos I, II ou III, cumulativamente com alguma das agravantes previstas no subitem 4.5.3.3, incisos I ou III, prevalecendo a(s) agravante(s).
- 4.5.3.5. A atenuante prevista no subitem 4.5.3.2, inciso I, não se aplica às infrações, qualificadas como “infrações por mora”, que decorram do descumprimento de cronogramas ou de datas objetivamente estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e nos planos previstos.
- 4.5.3.6. A eficácia das atenuantes previstas nos incisos I e II do subitem 4.5.3.2 submete-se à condição suspensiva correspondente ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa calculada e aplicada ao final do devido processo administrativo, e a superação do prazo estabelecido para a satisfação da multa, sem o seu incondicionado pagamento, importará na desconsideração da atenuante aplicada e na adoção das medidas legal ou contratualmente previstas para a cobrança da multa.
- 4.5.4. O valor da infração reincidente será aumentado no caso de reincidência praticada pela CONCESSIONÁRIA, dentro do período de 03 (três) anos, conforme conceito definido na Cláusula 44.3 do CONTRATO, ainda que, à época da infração reincidente, não tenha havido condenação da primeira infração, ou mesmo instauração de processo administrativo sancionatório, com base nos seguintes percentuais:
- I. primeira reincidência: acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da multa;
  - II. segunda reincidência: acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa;
  - III. terceira reincidência e seguintes: acréscimo de 100% (cem por cento) do valor da multa.
- 4.6. As infrações previstas neste ANEXO são divididas em 3 (três) categorias: (I) infrações por violação pontual do CONTRATO; (II) infrações por mora; e (III) infrações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.
- 4.6.1. As **infrações por violação pontual do CONTRATO** são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou nos ANEXOS, mas a infração se exaure com a própria violação, não projetando seus efeitos no tempo, inexistindo qualquer conduta a ser praticada para fazer cessar a infração.
- 4.6.1.1. Nesta hipótese, o CONCEDENTE instaurará o correspondente processo administrativo sancionatório, notificando a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação do inadimplemento contratual e indicando a classificação da infração dentre as previstas na Tabela de Infrações, quando pertinente.
- 4.6.1.2. O valor da infração, calculado com base no item 4.5, corresponde ao valor da multa devida a cada prática, por ação ou omissão, da conduta infracional.

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

4.6.2. As **infrações por mora** são caracterizadas por refletirem um atraso da CONCESSIONÁRIA no cumprimento de suas obrigações previstas em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou nos ANEXOS, de modo que a infração persiste até que a CONCESSIONÁRIA adimpla, ainda que extemporaneamente, a obrigação, purgando a mora.

4.6.2.1. Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA para que se proceda ao cumprimento imediato da obrigação inadimplida, indicando a classificação da infração dentre as previstas na Tabela de Infrações, quando pertinente. A falta da notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do dever de purgar a mora verificada.

4.6.2.2. O valor da infração, calculado com base no item 4.5, corresponde ao valor da multa a cada mês completo em que perdurar a mora da CONCESSIONÁRIA, sendo a multa calculada pela multiplicação de 1/30 (um trigésimo) do valor da infração por cada dia em que a CONCESSIONÁRIA permanecer em mora, contados desde a data em que a obrigação deveria ter sido adimplida.

4.6.3. As **infrações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo** são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou nos ANEXOS, mas a infração não se exaure com a própria violação, projetando os seus efeitos no tempo até que a CONCESSIONÁRIA adote medidas para retornar à situação de regularidade contratual.

4.6.3.1. Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação da violação contratual e determinará a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas necessárias à regularização da situação, indicando a classificação da infração dentre as previstas na Tabela de Infrações, quando pertinente. A falta de notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do seu dever de regularizar a situação.

4.6.3.2. O valor da infração, calculado com base no item 4.5, corresponde ao valor devido pela CONCESSIONÁRIA em razão da infração praticada, a cada prática, por ação ou omissão, da conduta infracional, somado a um acréscimo de 1% (um por cento) sobre esse mesmo valor da infração, a cada dia, até que a situação seja regularizada, computando-se tal valor desde a data da ocorrência da infração até a data de sua regularização.

4.6.3.3. Caso a CONCESSIONÁRIA comprove a impossibilidade absoluta de regularização da situação, a infração será convertida em violação pontual do contrato, regulada no subitem 4.6.1, e o valor da infração, calculado com base no item 4.5, será acrescido de 30%.

4.7. O valor das multas descritas nos subitens 4.6.2 e 4.6.3, calculados, respectivamente, na forma prevista nos subitens 4.6.2.2 e 4.6.3.2, não poderão superar, a cada conduta infracional individualmente considerada, o montante correspondente a 200% do valor da infração calculado com base nas regras de dosimetria do item 4.5.

4.8. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA praticar ato que conduza à efetiva decretação da caducidade da CONCESSÃO, será aplicada a multa em valor equivalente à GARANTIA DE EXECUÇÃO, em substituição à multa prevista para o inadimplemento que levou à caducidade, ainda que haja previsão de multa específica para tal ato.

## 5. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**



## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- 5.1. A suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas no artigo 82 da Lei Estadual nº 6.544/1989, quando conduzirem à decretação da caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:
- I. a natureza e a gravidade da infração;
  - II. a presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
  - III. o dano resultante ao CONCEDENTE, aos bens concedidos ou aos USUÁRIOS;
  - IV. as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
  - V. a adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
  - VI. a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
  - VII. os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.
- 5.2. A penalidade de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 5.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA surtirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 5.3.1. A reabilitação deverá ser requerida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade e será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelos prejuízos resultantes, desde que decorrido o prazo de 2 (anos) da aplicação da sanção.
- 5.4. As penalidades de suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA serão aplicadas tanto à CONCESSIONÁRIA como ao seu(s) acionista(s) controladore(s) que exercia(m) o CONTROLE da SPE na época em que ocorreu o ato ilícito que deu origem à punição.



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

6. TABELA DE INFRAÇÕES

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
<b>ENTREGA, ALTERAÇÃO E RENOVAÇÃO DE PLANOS E CERTIFICADOS</b>			
1	Não apresentar ao CONCEDENTE, no prazo estabelecido, o PLANO DE INTERVENÇÕES, contendo todos os componentes mínimos.	<p>I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,001% a 0,01%;</p> <p>II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,01% a 0,1%.</p>	II – Infração por mora.
2	Não apresentar ao CONCEDENTE, no prazo estabelecido, o PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO, contendo todos os componentes mínimos.	<p>I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,001% a 0,01%;</p> <p>II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,01% a 0,1%.</p>	II – Infração por mora.
3	Não apresentar ao CONCEDENTE, no prazo estabelecido, o PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO da Rodovia SP-148, contendo todos os componentes mínimos.	<p>I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,001% a 0,01%;</p> <p>II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,01% a 0,1%.</p>	II – Infração por mora,
4	<p>Alterar ou revisar, sem a necessária submissão ao CONCEDENTE, nos termos do ANEXO II e do CONTRATO, caracterizando, cada ocorrência, uma infração distinta:</p> <p>I. o PLANO DE INTERVENÇÕES;</p> <p>II. o PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO;</p> <p>III. os cronogramas físico-executivo para a conclusão dos INVESTIMENTOS MÍNIMOS INICIAIS.</p>	De 0,001% a 0,1%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização:</p> <p>(I) obter, se possível, a aprovação do CONCEDENTE; ou</p> <p>(II) desconstituição da alteração/revisão.</p>
5	Alterar ou revisar o cronograma do RESTAURO dos MONUMENTOS sem a necessária submissão ao CONCEDENTE, nos termos do ANEXO IV e do	De 0,01 a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

	CONTRATO.		Regularização: (I) obter, se possível, a aprovação do CONCEDENTE; ou (II) desconstituição da alteração/revisão.
<b>REQUALIFICAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA</b>			
6	Atrasar os marcos de início do RESTAURO e/ou das obras de requalificação, adequação e modernização da infraestrutura, de acordo com cronograma apresentado ao CONCEDENTE.	<p>I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%;</p> <p>II – Se o atraso for superior a um mês e de até seis meses: de 0,01% a 0,1%;</p> <p>III – Se o atraso for superior a seis meses: de 0,1% a 1,5%.</p>	II – Infração por mora.
7	Descumprir os marcos intermediários do RESTAURO e/ou das obras de requalificação, adequação e modernização da infraestrutura, de acordo com o cronograma apresentado ao CONCEDENTE.	<p>I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%;</p> <p>II – Se o atraso for superior a um mês e de até seis meses: de 0,01% a 0,1%;</p> <p>III – Se o atraso for superior a seis meses: de 0,1% a 1,5%.</p>	II – Infração por mora.
8	Não concluir, total ou parcialmente, o RESTAURO, até o 21º mês do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO e/ou as obras de requalificação, adequação e modernização da infraestrutura, de acordo com o PLANO DE INTERVENÇÕES aprovado pelo CONCEDENTE, até o 36º mês da lavratura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO.	<p>I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%;</p> <p>II – Se o atraso for superior a um mês e de até seis meses: de 0,01% a 0,1%;</p> <p>III – Se o atraso for superior a seis meses e inferior a um ano: de 0,1% a 1,5%;</p> <p>IV – Se o atraso for superior a um</p>	II – Infração por mora.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

		ano: de 1,5% a 5%.	
9	Não seguir as diretrizes estabelecidas para a construção e reforma de edificações.	De 0,001% a 0,01%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: adequar as edificações às diretrizes.
10	Não refazer, adequar ou corrigir toda e qualquer obra ou serviço de sua responsabilidade realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: comprovar a adoção de medidas voltadas à adequação ou correção do vício constatado pelo CONCEDENTE.
11	Não elaborar os desenhos complementares e os detalhamentos que tornem plenamente compreensíveis todos os elementos que compõem cada edifício exatamente “como construído”, no prazo estabelecido.	I - Se o atraso for de até dois meses: de 0,001% a 0,01%. II – Se o atraso for superior a dois meses: de 0,01% a 0,1%.	II – Infração por mora.
<b>TRANSFERÊNCIA DA POSSE DO BEM PÚBLICO E INÍCIO DA OPERAÇÃO DE ATIVOS OU UNIDADES GERADORAS DE CAIXA</b>			
12	Descumprir o prazo máximo da assunção dos bens concedidos, independente da concordância do CONCEDENTE com eventual prorrogação, ressalvada a hipótese do descumprimento decorrente de fato de responsabilidade do CONCEDENTE.	I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,01% a 0,1%; II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,1% a 1,5%.	II – Infração por mora
13	Ensejar o atraso ou criar fato impeditivo para a assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO.	I - Se o atraso for de até duas semanas: de 0,01% a 0,1%; II – Se o atraso for superior a duas semanas: de 0,1% a 1,5%.	II – Infração por mora
<b>DEVER DE PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>			
14	Não preservar a atualidade e modernidade na prestação dos serviços objeto da CONCESSÃO.	De 0,001% a 0,1%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

			Regularização: atualizar a prestação do serviço.
<b>MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO</b>			
15	Não cumprir exigências estabelecidas nas licenças ambientais.	De 0,1% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: cumprir as exigências.
16	Não obter, manter ou renovar as licenças ambientais.	De 0,1% a 1,5%.	Não obter: II – Infração por mora.  Não manter ou renovar: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: obter a licença necessária.
17	Não cumprir exigências estabelecidas nas autorizações dos órgãos de defesa do patrimônio material e/ou imaterial que se façam necessárias em virtude de tombamentos impostos à ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,01% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: cumprir as exigências.
18	Não manter vigentes as autorizações dos órgãos de defesa do patrimônio material e/ou imaterial que se façam necessárias em virtude de tombamentos impostos à ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,01% a 1,5%.	II – Infração por mora.
19	Não observar as normas, padrões ou procedimentos dispostos no PLANO DE MANEJO, sendo que cada regra violada corresponderá a uma infração distinta, inclusive para fins de reincidência, que será caracterizada apenas no caso de nova violação da mesma regra antes já violada.	De 0,001% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: obedecer às normas, padrões ou procedimentos não observados.
<b>FISCALIZAÇÃO, APOIO À FISCALIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA</b>			
20	Criar empecilhos, não colaborar ou não cumprir com as determinações do CONCEDENTE no tocante ao seu poder de fiscalização.	De 0,01% a 1,5%.	Se a conduta caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do contrato.  Se a conduta perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: adotar as medidas necessárias para

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

			viabilizar o exercício da fiscalização
21	Descumprir a obrigação de contratar ou substituir o VERIFICADOR INDEPENDENTE, dentro dos prazos estipulados	De 0,1% a 1,5%.	II – Infração por mora.
22	Não prestar esclarecimentos e informações solicitadas pelo Comitê de Acompanhamento da Execução Contratual.	De 0,001% a 1,5%	II – Infração por mora.
23	Não elaborar e disponibilizar ao CONCEDENTE o Relatório Anual, no prazo estabelecido.	I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%; II – Se o atraso for superior a um mês: de 0,01% a 0,1%.	II – Infração por mora.
24	Não elaborar relatório com todas as apurações no tocante aos INDICADORES DE DESEMPENHO, e consequente envio ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, para fins de cálculo da OUTORGA VARIÁVEL.	De 0,1% a 1,5%	II – Infração por mora.
25	Praticar qualquer tipo de fraude em relação às gratuidades e à contagem dos USUÁRIOS.	De 0,1% a 5%	Se a fraude caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do contrato.  Se a fraude perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: cessar a prática da fraude constatada.
<b>ACESSO À ÁREA DA CONCESSÃO E NORMAS DE CONVIVÊNCIA</b>			
26	Impedir o acesso de representantes do CONCEDENTE e da FF e EMAE na ÁREA DA CONCESSÃO para que realizem as atividades inerentes às suas respectivas funções institucionais.	De 0,01% a 1,5%.	Se a conduta caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do contrato.  Se a conduta perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: Permitir o acesso dos representantes.
27	Impedir o acesso de pesquisadores com pesquisa na ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,01% a 0,1%	Se a conduta caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do contrato.  Se a conduta perdurar ao longo do tempo: III – Infração por

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

			<p>violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: Permitir o acesso dos representantes.</p>
28	<p>Descumprir as diretrizes de convivência com a EMAE S.A., sendo que cada regra violada corresponderá a uma infração distinta, inclusive para fins de reincidência, que será caracterizada apenas no caso de nova violação da mesma regra antes já violada.</p>	De 0,001% a 0,1%	<p>Se a conduta caracterizar situação pontual: I – Infração por violação pontual do contrato.</p> <p>Se a conduta perdurar ao longo do tempo: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: cumprir a diretriz violada.</p>
<b>RECEITAS ADICIONAIS</b>			
29	<p>Não encaminhar contratos e documentos pertinentes para o CONCEDENTE, no tocante à RECEITA.</p>	De 0,1% a 1,5%	II – Infração por mora
30	<p>Descumprir a obrigação de celebração, por escrito, de todos os contratos de exploração de RECEITA.</p>	De 0,1% a 1,5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p>Regularização: apresentar ao CONCEDENTE todos os contratos de exploração de RECEITA.</p>
31	<p>Celebrar contrato de exploração de RECEITA, por prazo superior ao da CONCESSÃO, sem prévia anuência do CONCEDENTE.</p>	De 0,1% a 1,5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p>Regularização: (I) obter a anuência do CONCEDENTE, após cumprir as condicionantes da do CONTRATO; ou (ii) rescindir o contrato, ou alterar sua vigência para observar a vigência da CONCESSÃO.</p>
<b>FINANCIAMENTO</b>			
32	<p>Oferecer direitos emergentes da CONCESSÃO, como garantia de financiamentos, sem a anuência prévia e expressa do CONCEDENTE.</p>	De 0,1% a 5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo</p> <p>Regularização: (I) desonerar os direitos emergentes da CONCESSÃO no contrato de financiamento; ou (II) obter, se possível, a anuência do CONCEDENTE.</p>

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

33	Dar ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA, em garantia de financiamentos, sem a anuência prévia e expressa pelo CONCEDENTE.	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  Regularização: (I) desonerar as ações ou os direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA no contrato de financiamento; ou (II) obter, se possível, a anuência do CONCEDENTE
34	Não dar conhecimento ao CONCEDENTE das alterações das condições dos financiamentos contratados, assim como da contratação de qualquer novo financiamento ou dívida que possa ser considerada para efeito de cálculo da indenização devida no caso de extinção da CONCESSÃO.	De 0,1% a 5%	II – Infração por mora.
<b>BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, REVERSÃO E TRANSIÇÃO</b>			
35	Não manter os BENS REVERSÍVEIS em plenas condições de uso, conservação e segurança.	De 0,001% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: adequar as condições de uso, conservação e segurança dos BENS DA CONCESSÃO.
36	Realizar, sem aprovação prévia por parte do CONCEDENTE, obras e intervenções que envolvam demolição, reforma ou construção de novas estruturas.	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: (I) desfazer a obra ou intervenção; ou (II) obter, se possível, a aprovação do CONCEDENTE.
37	Não manter o INVENTÁRIO em bom estado de conservação e em pleno funcionamento, com todas as informações exigidas.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: atualizar o INVENTÁRIO.
38	Não entregar ao CONCEDENTE, quando solicitado, INVENTÁRIO dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, devidamente atualizado.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: entregar o INVENTÁRIO, devidamente atualizado
39	Não registrar na contabilidade da CONCESSIONÁRIA os BENS REVERSÍVEIS, incluindo sua distinção em relação aos bens privados.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

			Regularização: adequar a contabilidade.
40	Tentativa ou consumação de fraude no INVENTÁRIO dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.	De 0,1% a 5%	No caso de tentativa: I – Infração por violação pontual do contrato.  No caso de consumação: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  Regularização: oferecer ao CONCEDENTE o INVENTÁRIO devidamente regularizado.
41	Alienar, transferir ou constituir ônus, de qualquer natureza, dos BENS REVERSÍVEIS, sem a anuência prévia do CONCEDENTE	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: (I) adquirir novos bens, equivalentes ou de qualidade superior àqueles indevidamente alienados; (II) desonerar os bens indevidamente onerados; ou (III) quando possível, obter anuência do CONCEDENTE para o ato de alienação, transferência ou oneração.
42	Não mencionar expressamente a vinculação à CONCESSÃO, nos negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA que envolvam os BENS REVERSÍVEIS.	De 0,01% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: adoção das medidas necessárias para que, ainda que extemporaneamente, seja indicada a vinculação à CONCESSÃO.
43	Não reverter os BENS REVERSÍVEIS, bem como todos os direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, no final de sua vigência	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo. Regularização: adotar as medidas necessárias à reversão dos BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO.
44	Não transferir ao CONCEDENTE ou a quem este indicar, ao final da CONCESSÃO, independentemente de sua causa, todos os BENS REVERSÍVEIS em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento.	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: transferir ao CONCEDENTE, ou a quem este indicar, os BENS REVERSÍVEIS ou adequar o seu estado de uso, conservação e funcionamento

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

45	Não transferir, gratuitamente, os direitos e documentos necessários ao desempenho das atividades previstas no objeto do CONTRATO, ao final da CONCESSÃO.	De 0,1% a 1,5%.	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: transferência, ao CONCEDENTE, dos direitos e documentos faltantes
46	Ao final da CONCESSÃO, não dissolver a SPE ou distribuir qualquer valor ou patrimônio entre os acionistas da SPE antes de o CONCEDENTE atestar que os bens revertidos encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: (I) obter a restituição do valor ou patrimônio dos acionistas; (II) obter a atestação do CONCEDENTE quanto às condições dos bens revertidos.
<b>CONCESSIONÁRIA</b>			
47	Descumprir o CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.	De 0,01% a 0,1%	II – Infração por mora.
48	Reduzir o capital social da SPE abaixo do mínimo permitido sem anuência do CONCEDENTE.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: aumentar o capital social da SPE, observado o mínimo permitido.
49	Transferir o CONTROLE sem a anuência prévia e expressa do CONCEDENTE.	De 1,5% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: (I) adoção das medidas previstas no CONTRATO ou (II) obtenção de anuência do CONCEDENTE, quando possível.
50	Não submeter à prévia aprovação do CONCEDENTE as propostas de emissão de títulos e valores mobiliários se i) contiverem dispositivo de conversão em ações que implique alteração no controle da sociedade ou ii) tiverem como garantia ações com direito de voto integrantes do grupo controlador da SPE.	De 0,1% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: (I) paralisar o processo de emissão de títulos e/ou valores mobiliários; ou (II) obter, se possível a anuência do CONCEDENTE.
<b>OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>			

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

51	Descumprir a obrigação de prestar os serviços de forma contínua ou de forma adequada.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: retomar as atividades objeto da CONCESSÃO que foram interrompidas e/ou de tornar a executá-las de forma adequada ao pleno atendimento dos USUÁRIOS.
52	Não prestar atendimento de primeiros socorros aos USUÁRIOS que na ÁREA DA CONCESSÃO necessitem de socorro de emergência, ou não os remover, quando necessário, para órgãos de saúde pública ou conveniados.	De 0,1% a 1,5%	I – Infração por violação pontual.
53	Não atuar na prevenção e repressão de crimes e contravenções, ou não registrar as ocorrências nas dependências da CONCESSIONÁRIA.	De 0,001% a 0,1%	I – Infração por violação pontual.
54	Não coibir comportamentos inadequados dos USUÁRIOS, consideradas as condutas tipificadas na legislação e regulação específicas.	De 0,001% a 0,1%	I – Infração por violação pontual.
<b>OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONCESSIONÁRIA</b>			
55	Não manter durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: comprovar a manutenção das condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO
56	Não informar à população e aos USUÁRIOS sempre que houver alteração do valor do INGRESSO e a data de vigência da alteração.	De 0,001% a 0,1%	II – Infração por mora.
57	Atrasar o informe, no início do ano, os domingos que fazem parte da política de gratuidades	De 0,01% a 0,1%	II – Infração por mora.
58	Descumprir as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes de sua atividade.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: comprovar o atendimento à obrigação tributária e/ou trabalhista inadimplida
59	Não divulgar adequadamente ao público em geral, e ao USUÁRIO em particular, a adoção de procedimentos especiais na	De 0,001% a 0,1%	I – Infração por violação pontual do Contrato.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

	ocorrência de situações excepcionais.		
60	Não publicar as demonstrações financeiras e contábeis periodicamente, nos termos da legislação aplicável.	De 0,01% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: comprovar a publicação legalmente exigida.
61	Não oferecer aos USUÁRIOS quaisquer dos canais de comunicação exigidos.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: oferecer aos USUÁRIOS todos os canais de comunicação previstos no CONTRATO.
62	Não manter uma ouvidoria permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos USUÁRIOS ou de terceiros afetados pela prestação do serviço.	De 0,001% a 0,1%	II – Infração por mora.
63	Não elaborar, no prazo previsto, a POLÍTICA DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%. II – Se o atraso for superior a um mês: de 0,01% a 0,1%.	II – Infração por mora.
64	Não observar a POLÍTICA DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: (I) desfazer os negócios jurídicos celebrados com as PARTES RELACIONADAS; ou (II) adequá-los, se possível, à POLÍTICA DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.
65	Não instituir, no prazo previsto, o Programa de Conformidade ( <i>compliance</i> ).	I - Se o atraso for de até um mês: de 0,001% a 0,01%. II – Se o atraso for superior a um mês: de 0,01% a 0,1%.	II – Infração por mora.
66	Não observar o Programa de Conformidade ( <i>compliance</i> ).	De 0,01% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: tomar as medidas recomendadas no Programa de Conformidade.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

67	Não observar as regras de restrição de uso da SP-148 como estrada de rodagem ou para promoção do transporte comercial de passageiros ou de carga	De 0,001% a 5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: não oferecer mais este serviço ou ação.
68	Tentativa ou consumação de fraude à destinação obrigatória de suas RECEITAS para a CONTA CENTRALIZADORA ou redução fictícia das RECEITAS da CONCESSIONÁRIA	De 1,5% a 5%	No caso de tentativa: I – Infração por violação pontual do contrato.  No caso de consumação: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo  Regularização: destinação de todas as receitas auferidas para a CONTA CENTRALIZADORA .
<b>ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA</b>			
69	Não prover um ou mais encargos inerentes aos serviços comerciais e de arrecadação de bilheteria, a partir dos marcos contratuais.	De 0,1% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: prover os encargos inerentes aos serviços comerciais e de arrecadação de bilhetagem.
70	Não cumprir, no todo ou em parte, um ou mais encargos inerentes à limpeza, na ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,001% a 0,1%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: retomar serviços adequados de limpeza.
71	Não prover, no todo ou em parte, os serviços de segurança patrimonial e controle de acesso na ÁREA DA CONCESSÃO, a partir da data de assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO.	De 0,01% a 1,5%	III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.  Regularização: retomar serviços adequados de segurança patrimonial e controle de acesso.
72	Não cumprir, no todo ou em parte, um ou mais encargos inerentes à manutenção dos ativos de infraestrutura que a CONCESSIONÁRIA esteja obrigada a manter ou apoiar na ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,001% a 1,5%	II – Infração por mora.
73	Não prover, no todo ou em parte, um ou mais serviços de utilidades ou redes de infraestruturas na ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,001% a 1,5%	II – Infração por mora.
74	Não prover, no todo ou em parte, um ou mais serviços de gestão na ÁREA DA CONCESSÃO.	De 0,001% a 1,5%	II – Infração por mora.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

75	Não iniciar ou deixar de realizar as atividades de educação ambiental.	De 0,01% a 1,5%	<p>Não iniciar: II – Infração por mora</p> <p>Deixar de realizar: III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: voltar a realizar as atividades de educação ambiental.</p>
<b>SUBCONTRATAÇÃO E SUBCONCESSÃO</b>			
76	Subcontratar a execução das atividades objeto da CONCESSÃO em desconformidade com as regras previstas no CONTRATO.	De 0,01% a 1,5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: extinguir ou adequar o contrato com terceiro.</p>
77	Efetuar ou permitir qualquer tipo de subconcessão em relação aos serviços objeto do presente CONTRATO, fora das hipóteses prevista no CONTRATO	De 0,1% a 5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: adotar as medidas necessárias ao retorno do <i>status quo ante</i>.</p>
<b>GARANTIA DE EXECUÇÃO E SEGUROS</b>			
78	Não manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO válida, vigente e nas condições previstas no CONTRATO, durante toda a vigência contratual.	De 1,5% a 5%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: oferecer garantia de execução válida, nas condições previstas no Contrato.</p>
79	Não fornecer ao CONCEDENTE, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios se encontram pagos.	De 0,01% a 0,1%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: oferecer ao CONCEDENTE o certificado exigido.</p>
80	Não apresentar ao CONCEDENTE, em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, documento comprobatório de renovação e atualização da GARANTIA DE EXECUÇÃO.	De 0,01% a 0,1%	<p>III – Infração por violação do contrato cujos efeitos perduram no tempo.</p> <p>Regularização: oferecer ao CONCEDENTE o documento comprobatório exigido.</p>